

## O ENSINO DA HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA NOS CURRÍCULOS OFICIAIS: DESAFIOS NA FORMAÇÃO DOCENTE

SALETE RODRIGUES CARDOSO (SEMEC)  
DIANE MENDES FEITOSA (NIPPC- UFPI; SEDUC)

**RESUMO:** Este trabalho tem como objetivo analisar os desafios da formação docente diante da obrigatoriedade do ensino da história e da cultura afro-brasileira nos currículos oficiais. Para tanto, elegeu-se como referencial teórico, autores tais como: Gomes (2004), Santana (2006), Oliva (2006), Gonçalves; Silva (2003) Amâncio; Gomes (2008), Silva (2001), entre outros que se dedicaram a estudar as questões afrodescendentes. Utilizou-se como tipo de pesquisa a abordagem qualitativa e como instrumento de coleta de dados a aplicação de um questionário com perguntas abertas. A pesquisa ocorreu em uma escola pública municipal da zona norte de Teresina-Piauí e teve como sujeitos professores que atuam do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental. Os achados da pesquisa indicam que os professores se deparam com diversas dificuldades em lidar com os conflitos oriundos das questões raciais. A principal dificuldade apontada é trabalhar temas recorrentes como: a diversidade cultural, o racismo, o preconceito contra as minorias e outros. A investigação mostra, ainda, uma insatisfação com relação à falta de uma formação que oportunize momentos de reflexões e discussões sobre o ensino da história e cultura afro-brasileira. Conclui-se que é necessário repensar a formação docente, oferecendo suporte para que o professor possa desenvolver estratégias de atuação no âmbito escolar para assuntos voltados ao respeito e à inclusão social.

**Palavras-chave:** Ensino. Afrodescendência. Formação Docente. Prática docente. História Cultura afro-brasileira.

**ABSTRACT:** This work aims to analyze the teacher formation challenge related to the obligation to afro Brazilian culture and history teaching in official curricula. To this end, it was elected as theoretical reference, authors as Gomes (2004), Santana (2006), Oliva (2006), Gonçalves; Silva (2003), Amancio ; Gomes (2008) Silva (2001), among others who study Afro descent questions. The search used qualitative approach. The collection data tool was a questionnaire application with open questions. The search took place in a public municipal school in north of Teresina, Piauí and the subjects involved were teachers who work with the 1st to 5th grade in elementary school. The search findings indicate that the teachers face several difficulties coming from racial questions. The main difficulty pointed is to teach recurring themes as cultural diversity, racism, prejudice against minorities and others. The investigation still shows a dissatisfaction related to the lack of formation to offer reflection and discussion about afro Brazilian history and culture teaching. It was concluded that there is the need to rethink teachers formation, providing them of situations where they can develop strategies in teaching action on themes focusing on respect and social inclusion.

**Keywords:** Teaching. Afro descent. Teaching formation. Teaching practice. Afro Brazilian culture History.

---

## Introdução

O contexto das sociedades plurais impõe às instituições escolares a discussão de uma diversidade de temas complexos relacionados à ética, às diferenças étnicas, culturais e de gênero. O grande desafio da escola é trabalhar essas temáticas respeitando e valorizando:

[...] as características étnicas e culturais dos diferentes grupos sociais que convivem no território nacional, às desigualdades socioeconômicas e à crítica às relações sociais discriminatórias e excludentes que permeiam a sociedade brasileira, oferecendo ao aluno a possibilidade de conhecer o Brasil como um país complexo, multifacetado e algumas vezes paradoxal (BRASIL, 1997 p.121).

Diante dessa exigência, a escola tem um papel fundamental visto que esta instituição é um lugar de identidades, de valores e com isso as crianças, os jovens e adultos devem ter acesso ao ensino da história e da cultura afrodescendente pautado no respeito à diversidade, valorização das matrizes africanas e conteúdos sobre “[...] a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e políticas pertinentes à História do Brasil” (BRASIL, 2003, p.1).

Nesse contexto, o trabalho docente tem se apresentado como árdua tarefa em que os professores além de desenvolver sua competência técnica e pedagógica, devem estabelecer um diálogo aberto com seus alunos sobre assuntos recorrentes que se apresentam em sala de aula no que se refere às relações e interações entre pessoas de diferentes culturas.

Essas dificuldades se tornam cada vez mais pertinentes quando são verificadas, no ambiente escolar, situações de hostilidades direcionadas a negros e afrodescendentes. E é justamente nesse tipo de situação que se evidencia uma das maiores dificuldades dos professores: que é lidar com as questões raciais, tendo em vista que não receberam informações suficientes nos cursos de formação inicial e continuada e até mesmo no material didático com o qual trabalham.

Assim, esta investigação tem como objetivo analisar os desafios da formação docente diante da obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira nos currículos oficiais. Para a escolha do tema, considerou-se o fato de que a construção da identidade cultural da criança e do adolescente deve ser fortalecida a partir do reconhecimento das contribuições que os afrodescendentes manifestaram ao longo da história e que nem sempre é valorizada no contexto escolar. O professor, como formador de opinião, pode posicionar-se de forma crítica e reflexiva na construção da identidade e autonomia de seus alunos.

A fim de alcançar o objetivo da investigação, buscaram-se referenciais teóricos como: Gomes (2004), Santana (2006), Oliva (2006), Gonçalves; Silva (2003) Amâncio; Gomes (2008) entre outros que se dedicaram ao estudo das questões afrodescendentes.

Realizou-se uma investigação com professores de uma escola da rede municipal de Teresina-PI na qual foi aplicado um questionário no sentido de analisar os desafios da formação docente diante da obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileiras nos currículos oficiais.

O texto está estruturado da seguinte forma: a princípio discutiu-se sobre os desafios da formação docente após a lei Nº 10.639/03, em seguida traçou-se a metodologia utilizada na investigação e por fim apresentou-se a análise e discussão dos resultados obtidos na pesquisa.

### **Desafios da formação do professor após a lei Nº 10.639/03**

Reconhecer os desafios da prática docente pressupõe uma reflexão sobre as necessidades que levaram a modificações no currículo oficial de ensino o que, por sua vez, suscita uma busca nos cursos de formação continuada para aperfeiçoar o profissional de educação, tornando-o apto a desenvolver estratégia para valorizar e divulgar as contribuições das várias culturas na construção do conhecimento.

Essas discussões são importantes devido à perpetuação de práticas educativas que não levam em consideração os aspectos raciais que costumeiramente aparecem no ambiente escolar. Desta forma:

[...] não tem incorporado a preocupação com a dimensão cultural da prática pedagógica. Estudos de especial interesse vêm sendo desenvolvidos por vários autores na perspectiva do reconhecimento da importância de se trabalhar no âmbito educativo questões relativas à diversidade cultural,

étnica, às questões de gênero. Esta temática hoje é praticamente ignorada na formação continuada de professores (CANDAUI, 1997, p. 67).

Nesse sentido, a qualificação dos professores torna-se urgente e necessária, haja vista que se constituem agentes responsáveis pelas discussões para combater, no ambiente escolar, o preconceito e toda a forma de discriminação social que têm sofrido as pessoas que se encontram à margem da sociedade. Esses ideais estão sendo amplamente divulgados visto que “[...] ao longo de nossa história, têm existido preconceitos, relações de discriminação e exclusão social que impedem muitos brasileiros de ter uma vivência plena de sua cidadania” (BRASIL, 1997, p. 15).

É interessante notar que não é somente o professor quem irá desenvolver essas ações, mas é importante que a escola, de um modo geral, esteja envolvida porque ela deve ser um espaço onde se assuma o papel de “[...] educar para a cidadania, para superar a cultura do preconceito e da discriminação” (SANTANA, 2006, p.8).

Para tanto, toda a comunidade escolar deve estar envolvida no processo que estimule os valores construídos e reconstruídos pelos diversos povos, entre eles os afrodescendentes, o que torna necessário práticas educativas condizentes com o contexto histórico. O professor deverá adotar uma postura reflexiva sobre as questões raciais e, assim, desenvolver estratégias de ensino que possibilitem a compreensão da diversidade de raças que formam o povo brasileiro com o intuito de minimizar os preconceitos que porventura perpassam as relações sociais entre as diferentes comunidades.

Diante dessa exigência, destaca-se a importância do professor no combate ao racismo contra a população negra. Segundo Silva (2001, p.172) “os professores devem ficar atentos para as africanidades brasileiras, isto é, ao legado africano, à herança que mulheres e homens escravizados deixaram para nós, povo brasileiro”.

Nesse sentido, o professor, como profissional mediador do ensino e da aprendizagem, tem um papel fundamental no ensino da cultura negra, através do resgate da autoestima e da valorização dos afrodescendentes.

Contudo, não basta só dizer o que deve ser realizado, é necessário que a qualificação docente seja propiciada e incentivada no sentido de formar professores que reflitam criticamente sobre o seu fazer pedagógico. Uma formação que contribua para que o professor reflita, analise e compreenda o significado de suas ações em frente aos novos desafios impostos, dentre eles, ensinar a história e a cultura afro-brasileira, uma vez que:

[...] a ideia de uma formação continuada para os professores que pretendam se dedicar ao ensino da história e cultura da África e Afro-brasileira, parte do princípio também de uma formação reflexiva, que não requer apenas do professor o saber fazer, mais que ele possa saber explicar de forma consciente em sua prática, o grau de complexidade que envolve o preconceito racial no Brasil, e, as diversas identidades do negro, geradora de uma multiplicidade de categorias de autotaxiamento, dado a quantidade de cores que negros e mestiços se atribuem (SCHWARCZ, p. 2002).

Nesse processo, a qualificação docente contribui para abolir as "[...] referências equivocadas que carregamos sobre os africanos [...]" (OLIVA, 2006, p. 86). No entanto, o que se tem observado é que:

Desde a elaboração da Lei 10.639/03, houve uma série de ofertas de cursos de aperfeiçoamento e de especialização a respeito da História da África e da cultura afro-brasileira nos mais diversos estados brasileiros. No entanto, ainda não foram mapeados os resultados obtidos por estas experiências, principalmente o impacto sobre os egressos (AMÂNCIO; GOMES, 2008, p.20).

Sancionada no dia 9 de janeiro de 2003, a lei Nº. 10.639/03, mencionada por Amâncio; Gomes (2008), estabelece as diretrizes e bases da educação nacional para incluir no currículo oficial da rede de ensino brasileiro, a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”.

Essa lei é fruto de reivindicações antigas da população negra e tenta combater a visão distorcida e preconceituosa sobre a história e a cultura africana. O grau de importância dessa lei para o movimento negro pode ser dimensionado pelo uso da expressão: “segunda abolição”, ao se referir à luta pela valorização das origens africanas que, de uma forma ou outra, alia-se ao desafio de criar meios para driblar a miséria e a exclusão social, deixados como legados pela escravidão (LIMA, 2010, p.30).

Entretanto, é evidente que as desigualdades raciais que acontecem historicamente na sociedade brasileira foram, aos poucos, se naturalizando. Esse processo contribui para a produção de uma reação perversa entre as pessoas: ao serem pensadas como processos naturais, essas desigualdades tornam-se imperceptíveis e quando percebidas “[...] não reagimos a elas, pois nosso olhar docente e pedagógico está tão ‘acostumado’ com essa realidade social e racial na escola, que tendemos a naturalizá-la e não a questionarmos” (GOMES, 2004, p. 84- 85).

Essa realidade é justificada pela falta de professores preparados para lidar com a diversidade cultural em sala de aula e capazes de criticar o currículo e suas práticas. Além disso, uma das maiores dificuldades em se trabalhar a questão afrodescendente se relaciona à falta de material didático, o que os torna impotentes no combate ao racismo no ambiente escolar (GONÇALVES; SILVA, 2003, SANTOS, 2007).

Diante desse quadro, é necessário que os professores sejam reflexivos e procurem transformar o ambiente escolar a fim de torná-lo menos opressor visto que a escola precisa ter como objetivo “[...] reconstruir a imagem no negro, de suas lutas e de sua verdadeira contribuição na formação do povo brasileiro, qualidades que ainda não são atribuídas aos nossos ancestrais nos livros didáticos existentes” (SILVA, 1995 p.65).

Nessa perspectiva, é necessário repensar a organização dos livros didáticos utilizados em sala de aula, pois com essa nova lei, muitos conteúdos devem ser reorganizados e revistos, para que os alunos consigam compreender que os negros também têm história, cultura e que, principalmente, deram sua contribuição para a formação desse país (CRUZ, 2008). Esse processo de reorganização e revisão objetiva a valorização da história do negro que faz parte da história do povo brasileiro reafirmando “[...] a nossa identidade e existência própria, sem nos excluir da condição que nos faz aportar no mundo, como sujeitos contemporâneos” (MACHADO, 2000, p.25).

A implantação efetiva da lei N° 10.639/2003 no currículo e nas práticas pedagógicas em sala de aula irá beneficiar tanto os professores quanto os alunos, à medida que assegura a construção de saberes necessários a uma prática crítica e transformadora, bem como à construção de uma cidadania plena para aqueles que estão em processo de formação.

A lei N°. 10.639/03 tem lançado desafios para os sistemas educacionais brasileiros. Dentre eles, está uma revisão na formação dos professores, tendo em vista que esta pode nortear as ações desses profissionais em prol da consolidação da lei através de estratégias nas quais são solicitados a refletir sua prática docente em frente à realidade das conquistas do Movimento Negro, que luta pelo reconhecimento dos valores culturais dos afrodescendentes.

## Metodologia

Esta investigação teve a pesquisa qualitativa como pressuposto teórico-metodológico considerando que possibilitou “[...] analisar e interpretar aspectos mais profundos, descrevendo a complexidade do comportamento humano”. Fornece análise mais detalhada sobre as investigações, hábitos, atitudes, tendências de comportamento etc. (LAKATOS; MARCONI, 2006, p.269).

A pesquisa foi desenvolvida com tipo de pesquisa descritiva em que Andrade (2004, p.20) esclarece que “nesse tipo de pesquisa, os fatos são observados, registrados, analisados, classificados e interpretados, sem que o pesquisador interfira sobre eles”. De acordo com o exposto, as pesquisadoras procuraram explicitar o objeto de estudo de que trata esta pesquisa sem emitir uma opinião formada que pudesse interferir na concepção dos professores participantes.

A modalidade adotada na pesquisa corresponde ao estudo de caso devido ao foco do interesse ser um processo contemporâneo e que ocorre em situações de vida real. De acordo com Trivinõs (1987, p.133) o estudo de caso “É uma categoria de pesquisa cujo objeto é uma unidade que se analisa aprofundadamente”. Dessa forma, uma das implicações do estudo de caso corresponde à ausência de proposições, ou ainda, das formas de se interferir na pesquisa, o que resulta na dificuldade de analisar o fenômeno à medida que se aprofunda no assunto.

Como instrumento de coleta de dados utilizou-se o questionário, pois como afirmam Martins; Linz (2000, p.50) “o questionário é um conjunto ordenado e consistente de perguntas a respeito de variáveis, e situações, que se deseja medir, ou descrever”. As perguntas foram do tipo abertas, conferindo espaço para que os professores pudessem emitir sua opinião.

Quanto à abordagem metodológica, o método indutivo mostrou-se apropriado, uma vez que ao partir da análise de casos particulares podem-se fazer inferências acerca das proposições observadas a fim de se chegar a um consenso. Segundo Michel (2005, p.58) “No raciocínio indutivo, se as premissas são verdadeiras, a conclusão provavelmente será verdadeira, mas não necessariamente verdadeira. A conclusão encerra informação que não constava das premissas”.

A investigação foi realizada em uma escola da rede municipal de Teresina-PI que atende a crianças do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental e teve como critério de inclusão na amostragem envolver todos os professores que ministram aula nesse nível e que são servidores efetivos da escola, perfazendo um total de 05 professores.



Para garantir os aspectos éticos da pesquisa solicitou-se às professoras a assinatura de um termo de consentimento livre e esclarecido no qual constava o objetivo e a importância do estudo. E ainda esclarecerem sobre a garantia de que a sua participação não era obrigatória e que o nome ou qualquer outra forma de identificação não aparecerá na pesquisa. Para tanto, atribuíram-se pseudônimos para cada um dos sujeitos envolvidos na investigação.

## **Análise e discussão dos resultados**

Ao investigar os desafios da formação docente diante da obrigatoriedade do ensino da história e da cultura afro-brasileira nos currículos oficiais, aplicou-se um questionário que foi dividido em duas partes. Na primeira constavam questões mais gerais, que abordavam assuntos tais como as concepções, grau de satisfação dos docentes e contribuições da formação para a prática educativa. A segunda parte do questionário trazia em seu bojo questionamentos relacionados especificamente ao ensino da história e cultura afro-brasileira e a formação docente.

Inicialmente, buscamos informações sobre o modo como a formação é reconhecida pelos interlocutores envolvidos no estudo. Assim, o primeiro passo foi levantar as informações do estado de satisfação pessoal de cada professor em relação a sua formação e prática educativa. Indagados se a atual formação é suficiente para o desenvolvimento da prática docente, as professoras afirmaram que não, porque devem sempre buscar novos conhecimentos, uma vez que a escola tem que se adequar às demandas de novos saberes exigidos pela sociedade. Com base nas respostas fornecidas, pôde-se perceber que há uma preocupação das professoras em buscar o aperfeiçoamento de sua prática em virtude da diversidade que têm que enfrentar no espaço complexo em que atuam e com isso a formação cumpre a função de ampliar:

[...] sua visão acerca do conhecimento, dos saberes pedagógicos necessários ao desenvolvimento de sua atribuição, das possibilidades de sua própria formação profissional continuada e acerca dos princípios que prezam pela dignidade, eticidade (dentre outros) humanas: sua, dos seu alunos, de sua comunidade e do homem em todo o universo de sua produção( LIMA, 2010b, p.8).



Nessa perspectiva, a formação torna-se um processo contínuo que contribui para a busca de novos conhecimentos. Assim, não deve ser algo eventual, mas é sempre parte integrante do exercício profissional docente visando, em última instância, à aprendizagem dos alunos.

Ao serem indagadas sobre o que pensam sobre a formação continuada oferecida pela rede municipal, todas as professoras pesquisadas informaram que não consideram como uma formação, uma vez que os temas abordados não condizem com a necessidade presenciada em sala de aula. As professoras participam desses cursos por ser uma indicação do órgão de educação. A esse respeito, elas informaram que recebem incentivos da Secretaria de Educação para participarem dos cursos de formação continuada, porém, quando desejam fazer um curso de acordo com o seu interesse profissional e por iniciativa própria, elas encontram resistência para se ausentarem da sala de aula.

Além dos aspectos acima elencados, as professoras afirmaram que as contribuições recebidas nos cursos de formação dos quais participam se resumem a sugestões de atividades propostas pelos formadores e que podem (ou devem) ser trabalhadas em sala de aula, cuja adaptação muitas vezes torna-se inviável, haja vista as diferenças em cada situação de aprendizagem.

Após essas questões mais gerais, apresentaram-se nos questionários indagações voltadas especificamente para o ensino da história e da cultura afro-brasileira e a formação docente. *A priori*, solicitou-se que as docentes informassem se no processo de sua formação inicial ocorreram discussões que permitissem ampliar os conhecimentos sobre a cultura e a identidade afrodescendente. Obtiveram-se as seguintes respostas:

*Não. Infelizmente (Professora Margarida).*

*Na formação não, só em curso feito posteriormente. (Professora Cora).*

*Sim. Nas discussões dos textos em algumas disciplinas, participações em congressos/seminários sobre a temática (Professora Bel).*

*Nunca, infelizmente (Professora Corasa).*

*Somente nas aulas de História da educação (Professora Tulipa).*

Nas respostas acima elencadas, fica evidente que nos cursos de formação inicial as discussões sobre a história e cultura afrodescendentes, quando acontecem, são realizadas de forma pontual em algumas disciplinas como História da Educação, participações em [Revista Fundamentos, V.2, n.1, 2015. Revista do Departamento de Fundamentos da Educação da Universidade Federal do Piauí. ISSN 2317-2754](#)

seminários e congressos. Acredita-se, portanto, que um dos desafios da Lei Nº 10.639/03, que garante o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira no currículo oficial, haja uma revisão nos currículos dos cursos de formação inicial das universidades brasileiras, no sentido de oferecer uma sólida formação étnico-racial aos professores a fim de instrumentalizá-los em face aos desafios presentes em sala de aula (PINTO, 2002).

Sobre essa questão, Cavalleiro (2000) diz que os professores das universidades devem promover um diálogo profundo para elaborarem um método de atuação para sanar as dificuldades apontadas no contexto escolar, visto que a invisibilidade também se configura uma agressão aos negros e seus descendentes. Dessa forma, quando não se discute a temática ou se faz isso de forma superficial omite-se à população afrodescendente a sua condição de sujeitos históricos, daí a necessidade de inserir nos cursos de formação questões relativas à valorização da diversidade étnico-cultural.

Indagadas sobre a participação em cursos de formação continuada cujo objetivo era debater o tema Educação Afrodescendente, apenas a professora Corasa afirmou ter feito um curso sobre essa temática. As outras professoras nunca participaram desse tipo de formação e a professora Bel afirma que o que sabe sobre a temática em questão é fruto “*Somente das leituras que faço sobre o assunto*”.

Indagou-se sobre a necessidade de uma formação continuada que possibilite conhecimentos mais aprofundados sobre a cultura afrodescendente. Os discursos foram os seguintes:

*É muito importante e necessário realmente, pois muitas vezes o professor se depara com algumas situações em que no momento não sabe como agir até mesmo por falta de conhecimento e um curso ajudaria bastante o professor que passaria a refletir sobre determinado assunto e ajudaria assim a fazer com que os alunos procurassem também mudar sua postura diante de tantos preconceitos (**Professora Margarida**).*

*É importante para evitar equívocos desagradáveis que por desconhecimentos, transformam o que deveria ser abolido em prática recorrente na escola ( **Professora Cora**).*

*Tenho certeza de que melhoraria a relação entre os alunos, dinamizava a aprendizagem e formaríamos alunos conscientes, políticos e iguais. (**Professora Bel**).*

*Acho isso muito importante e necessário, porém na prática diária da escola isto não acontece, mesmo com existência de uma lei que garante isto, a escola ainda reproduz um modelo que não valoriza a cultura afrodescendente (**Professora Corasa**).*

*Os cursos de formação continuada são importantes, pois possibilitariam mais conhecimentos sobre o assunto ajudando nossa prática (Professora Tulipa).*

Os sujeitos investigados foram unânimes em ressaltar a importância de uma formação continuada que contemple as discussões sobre a história e a cultura afrodescendente. As professoras Margarida, Cora e Tulipa afirmam que um preparo dos professores pode ajudar na aquisição de conhecimentos que contribuiriam para a mudança de posturas preconceituosas no âmbito escolar. Para a professora Bel, melhoraria o relacionamento entre os alunos. A Professora Corasa lamenta que, apesar de existir uma lei que garanta a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira nos currículos oficiais, “[...] a escola ainda reproduz um modelo que não valoriza a cultura afrodescendente”.

Tal resultado indica que as professoras têm dificuldades em lidar com os conflitos oriundos das questões raciais e assim “[...] se veem sem saber como lidar com a criança negra, sem conhecimentos da sua cultura [...]” (SILVA, 2001, p.170). Diante disso, não divulgam a história das lutas e conquistas dos afrodescendentes e não trabalham o tema de forma rotineira como deveria ser.

Diante dessas discussões, percebe-se que os cursos de formação continuada podem constituir espaços para que os professores reflitam sobre sua prática pedagógica e com isso desenvolvam ações no cotidiano para que os alunos negros visualizem a escola como um espaço onde se sintam respeitados, valorizados, sujeitos da história e, principalmente, um espaço que torne a aprendizagem mais significativa, formando alunos mais conscientes e que passem a “Repudiar toda a discriminação baseada em diferenças de raça/etnia, classe social, crença religiosa, sexo e outras características individuais ou sociais” (BRASIL, 1997, p.143).

Outra indagação feita aos sujeitos dizia respeito à forma como os docentes avaliam o ensino sem o processo de formação inicial e continuada que discuta o que está na lei 10.639/03. As avaliações foram assim registradas:

*Infelizmente avalio de forma negativa, pois se ainda há muito preconceito é porque as próprias escolas ignoram a lei referente à educação afrodescendente. Melhoraria bastante, pois só assim conseguiríamos formar cidadãos conscientes sobre determinado assunto (Professora Margarida).*

*Só podemos consertar algo se tivermos consciência do erro. A maioria de casos de preconceito racial e outros dá-se pelo desconhecimento e falta de valorização dessa cultura. Ainda que não houvesse nenhuma lei, a escola*

*não poderia se eximir dessa missão de desmitificar a ideia de uma cultura sobrepor-se à outra apenas pelo poder de imposição da mídia e de paradigmas equivocados. A lei é fundamental, mas será letra morta se não houver pressão da sociedade para fazer cumpri-la (Professora Cora).*

*Avalio negativo, a ausência de tal aplicação da lei, no entanto, as ações que já são desenvolvidas colaboram muito pouco para a formação de novos cidadãos, (Professora Bel).*

*Isto é muito negativo para educação, pois estamos perdendo a oportunidade de formar pessoas menos preconceituosas, mais participativas e tolerantes, seria uma melhoria, claro a longo prazo, na construção de sociedade mais justa e com menos preconceito (Professora Corasa).*

*É algo bastante negativo, pois é necessário que aconteça mudança nas formas de pensar e agir (Professora Tulipa).*

Cora e Tulipa chamam atenção para a mudança de paradigmas referentes à cultura afrodescendente. Esse aspecto é fundamental tendo em vista que é necessário que ocorram mudanças nas concepções da cultura dominante que reproduzem as desigualdades sociais. A professora Bel diz que as ações desenvolvidas na escola pouco têm contribuído para formar cidadãos sob a perspectiva da lei 10.639/03. As professoras Margarida e Corasa afirmam que, sem esse tipo de formação, estão perdendo a oportunidade de formar indivíduos menos preconceituosos, mais participativos e tolerantes, que contribuam assim para a construção de uma sociedade mais justa.

Os discursos das docentes ratificam mais uma vez a necessidade de uma formação que possibilite transformações efetivas na prática do professor com vistas à melhoria do processo ensino/ aprendizagem.

Quando indagadas se a escola promove momentos de discussão sobre as questões que envolvem a diversidade étnica e cultural, as respostas das docentes foram as seguintes:

*Não é discutido esse assunto na escola (Professora Margarida).*

*Pouco tempo é dedicado para temáticas desse tipo. Apesar de já ter sido trabalhado um projeto muito bom com esse tema (Professora Cora).*

*Através de projetos desenvolvidos em toda a escola, nas aulas através da interdisciplinaridade (Professora Bel).*

*Na minha escola, essa discussão é muito malfeita, se resume ao dia da consciência negra em novembro (Professora Corasa).*

*Discutimos essa questão apenas na aula de História (Professora Tulipa).*

Percebe-se nas respostas que a Professora Margarida diz que os temas relacionados à educação afrodescendente não são discutidos na escola. As professoras Cora e Bel relataram que a temática de educação Afrodescendente é trabalhada através de projetos. Chamam atenção os registros das seguintes interlocutoras quando admitem que: “*Pouco tempo é dedicado para temáticas desse tipo*” (Professoras Cora), “[...] *essa discussão é muito malfeita, se resume ao dia da consciência negra em novembro*” (Professora Corasa) e *Discutimos essa questão apenas na aula de História (Professora Tulipa).*

Os discursos refletem a falta de discussão e a superficialidade como é tratada a história e a cultura afro-brasileira no espaço escolar. Pereira (2011) comenta que o trabalho sobre as questões étnico-culturais oriundas da lei 10.639/03 não deve ser limitado apenas às aulas de história, mas deve ser realizado um trabalho coletivo em que a escola oportunize a valorização de identidades que foram historicamente marginalizadas e excluídas do projeto de nação brasileira.

Ressalta-se a importância das instituições escolares promoverem uma formação continuada em serviço, ou seja, momentos sistematizados para discussões de temáticas sobre o ensino da história e da cultura afro-brasileira, visto que a escola constitui o *locus* da formação docente. Nesses espaços poderiam ser propiciadas condições para que os professores refletissem criticamente sobre a sua prática e, através de espaços de colaboração com seus pares, realizassem debates e estudos sobre questões relacionadas à pluralidade étnico-cultural e outras temáticas que estimulassem atitudes de respeito mútuo essenciais para o efetivo exercício da cidadania dos educandos.

Questionadas sobre as estratégias que utilizam para encarar as questões raciais na sala de aula, as professoras afirmaram que não utilizam nenhuma. Uma professora afirmou que a estratégia que utiliza é conscientizar para sensibilizar. Respostas que traduzem “[...] o desejo de mudar essa situação, sem saber, no entanto, por onde começar”. Para tanto, estão à espera de um direcionamento para sua prática profissional.

Diante dessas discussões, percebe-se que a inserção do ensino da história e cultura afro-brasileira nos currículos oficiais ainda constitui desafio no âmbito dos sistemas educacionais brasileiros. E assim como Cruz (2012, p.18), acredita-se que ainda muitas ações devem ser desenvolvidas no âmbito escolar no sentido de construir uma educação “[...] que proporcione a todos os educandos o direito de se sentirem sujeitos da história. Para que a Lei

*Revista Fundamentos, V.2, n.1, 2015. Revista do Departamento de Fundamentos da Educação da Universidade Federal do Piauí. ISSN 2317-2754*

nº 10639/03 se concretize, é necessário que os profissionais da educação recebam formação acadêmica sobre a temática [...]” (CRUZ, 2012, p.18).

## Conclusão

Ao analisar os desafios do professor em frente ao ensino da História e Cultura afrodescendente, pôde-se inferir que a formação tem se mostrado muito aquém do desejado, uma vez que muitos temas levantados pela sociedade não são abordados de forma crítica e esclarecedora nos momentos de formação.

Os resultados da pesquisa apontam que os professores, embora participando de formação continuada e conhecendo a existência da lei, ainda não promovem os saberes necessários para a divulgação dos valores e contribuições dos afrodescendentes para a história do país.

A dificuldade apontada é trabalhar temas recorrentes como o racismo, o preconceito contra as minorias e outros e que, embora fazendo parte do cotidiano escolar, são ignorados na prática pedagógica em virtude de muitos professores não receberem os parâmetros para uma discussão profunda sobre o tema.

Com isso, é necessário repensar a formação docente, oferecendo suporte para que o professor possa desenvolver estratégias ligadas à valorização, divulgação e conscientização da população no que diz respeito às contribuições da cultura afrodescendente.

## Referências

AMÂNCIO, Iris Maria da Costa; GOMES, Nilma Lino; JORGE, Miriam L. dos Santos. **Literaturas africanas e afro-brasileira na prática pedagógica**. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

ANDRADE, Maria Margarida de. **Como preparar trabalhos para cursos de pós-graduação: noções práticas**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

BRASIL. **Lei n.º 10.639** de 9 de janeiro de 2003. Diário Oficial da União, Brasília, 10 jan. 2003.

\_\_\_\_\_. **Parâmetros Curriculares Nacionais – Pluralidade Cultural e Orientação Sexual**. Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1997.

CANDAU, Vera Maria. Formação continuada de professores: tendências atuais. In: CANDAU, Vera Maria. (Org.). **Magistério: construção cotidiana**. Petrópolis: Vozes, 1997. p.51-68.

CAVALLEIRO, Eliane. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar – racismo, preconceito e discriminação na educação infantil**. São Paulo: Humanitas, 2000.

CRUZ, Vera Lucia Dal Santos. **Refletindo sobre gênero e etnia no ensino de história**. 2008. Disponível em :<[http://www.diaadiaeduacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/727\\_4.pdf](http://www.diaadiaeduacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/727_4.pdf)>. Acesso em: 15 de dez de 2012.

GONÇALVES, Luciane Ribeiro Dias; SILVA, Maria Vieira da. **A formação de professores e o multiculturalismo: desafio para uma pedagogia da equidade**. Disponível em: <http://www.rizoma.ufsc.br/pdfs/900-of10a-st2.pdf> Acesso em: 16 de dez de 2012.

GOMES, Nilma Lino. Práticas pedagógicas e questão racial: o tratamento é igual para todos/as. In: DINIZ, Margareth; VASCONCELOS, Renata N. (Org.) **Pluralidade cultural e inclusão na formação de professores e professoras: gênero, sexualidade, raça**, ed. especial, ed. indígena, ed. jovens e adultos. Belo Horizonte: Formato, 2004. P.80-108 (Série Educador em formação).

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia científica**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

LIMA, Fabiane Andrea da Silba Barcheski. **Lei 10.639/03: contribuições para uma educação igualitária**. (Monografia) Universidade Estadual de Londrina, PR, 2010.

LIMA, Paulo Gomes. **Formação de professores: por uma ressignificação do trabalho pedagógico na escola**. Campo Grande-MS: EDUFGD, 2010.

MACHADO, Vanda. **Ilê Axé – Vivências e invenção pedagógica – crianças do Opô Afonjá**. Salvador: EDUFBA, 2000.

MARTINS, Gilberto de Andrade; LINTZ, Alexandre. **Guia para a elaboração de monografias e trabalhos de conclusão de curso**. São Paulo: Atlas, 2000.



MICHEL, Maria Helena. **Metodologia e pesquisa científica em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 2005.

OLIVA, Anderson Ribeiro. A história africana nas escolas: entre abordagens e perspectivas. In: CAVALLEIRO, Eliane (coord.). **Educação, africanidades, Brasil**. Brasília: MEC, 2006.

PEREIRA, Júnia Sales. Diálogos sobre o exercício da docência- recepção das leis 10.639/03 e 11.645/08. **Educação e Realidade**., Porto Alegre, v. 36, n.1, p. 147-172 jan./abr., 2011.

PINTO, Regina Pahim. A questão racial e a formação dos professores. **Cadernos PENESB**, n.4, Niterói, RJ. EdUFF, 2002.

SANTANA, Maria Olívia. Apresentação. In: SALVADOR, Prefeitura Municipal de. **Pasta de textos da professora e do professor: Lei 10.639/03 – Educação das Relações étnico-raciais e para o ensino de História e cultura Afro-brasileira e Africana na educação fundamental**. Salvador: Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 2006.

SANTOS, A.M. **Vozes e silêncio do cotidiano escolar**: as relações raciais entre alunos negros e não-negros. Cuiabá: UFMT/IE, 2007. (Coleção Educação e Relações Sociais, 4).

SCHWARCZ, Lilia M. Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na intimidade. In: NOVAIS, Fernando A. **História da vida privada no Brasil**. V.4. São Paulo: Cia das Letras, 2002.

SILVA, Ana Célia da. **A discriminação do negro no livro didático**. 2. ed. Salvador: EDUFBA, 1995.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves. Prática do racismo e formação de professores. In: DAYRELL, Juarez (Org.). **Múltiplos olhares sobre educação e cultura**. 2.ed. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001,p.168-178.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.